

Análise ao debate da moção de confiança ao Governo

Qual o propósito da moção de confiança ontem aprovada no Parlamento, que condições tem o Governo para iniciar um novo ciclo, que mudanças se adivinham na acção do Executivo e que alterações já se sentem no seu discurso. Dois politólogos e dois economistas reflectem sobre estas e outras questões, na sequência do debate de ontem.



Crise e confiança

Cátia Miriam Costa
Investigadora
de Ciência Política

Com a moção de confiança de ontem, o Governo quer encerrar uma crise que rebentou no seu próprio seio. Julho foi o mês da convulsão política, não a que era esperada e que viria das ruas, mas a dos desentendimentos e contradições da própria coligação no poder. Anuncia-se para hoje o retomar dos briefings políticos, suspensos durante a instabilidade política. Quando mais se precisava de perceber o que se passava, menos o Governo comunicava. O discurso do medo instalava-se em nome dos mercados financeiros desconfiados da performance nacional, da económica débil e da instabilidade. Retomam-se os briefings quando a confiança é promovida por iniciativa governamental. Nesta moção, o Governo anuncia a intenção de reunir consenso, de manter o diálogo com a oposição (signatária do memorando com a troika) e de instaurar a convicção de que tudo se pode resolver em dois anos. Contudo, os discursos dos últimos dias, em nada consensuais, revelam um endurecimento das posições em relação às soluções para a crise, tanto do governo como da oposição. O que esperar, então? Uma discussão política em que o Governo reforça a sua vontade de negociar com a oposição as medidas a propor à troika. Uma oposição que vê esta proposta como tardia e não aceita que se continuem, sem o seu aval, a anunciar medidas que vão contra as suas propostas. Quais os possíveis resultados? Um cenário é a coligação gerar confiança entre os parceiros e preparar-se para o embate da reforma do estado que envolve medidas polémicas e impopulares. Outra possibilidade é fazer os portugueses confiarem nas medidas propostas, retomando sempre que necessário o argumento do consenso. Ambos são cenários dúbios. Será o timing o correcto? É muito duvidoso. Nada mudou em termos práticos. Nos ministérios, recentemente remodelados, como o das finanças ou da economia, são levantados casos duvidosos de swaps ou de negócios de contrapartidas. Em termos políticos também tudo se mantém, as mesmas coligação e oposição, com base no mesmo escrutínio eleitoral. A questão fica no ar: como promover a confiança? "



Anunciar crescimento e fazer com que não aconteça

Manuel Caldeira Cabral
Professor de Economia
na Universidade do Minho

Os votos da maioria foram ontem suficientes para fazer passar a Moção de Confiança. No entanto, o processo iniciado com a demissão de Vitor Gaspar e Paulo Portas e terminado com esta votação, em nada contribuiu para reforçar a confiança do país ou no Governo. Neste momento o factor que mais poderia contribuir para o reforço da confiança interna e externa seria um sinal claro de inversão da política de austeridade, que pudesse garantir que 2014 seria um ano de crescimento em Portugal. Na votação da moção de confiança o Governo assumiu um discurso em que manifestou empenho em colocar a economia a crescer. Mas fez também um discurso de elogio ao trajecto prosseguido até aqui, e assumiu uma continuidade da política orçamental e a manutenção de avultados cortes para 2014. Estes são totalmente inconsistentes com a ideia de relançamento da economia, de recuperação da confiança dos investidores ou dos consumidores, esvaziando as boas intenções e expectativas de viragem criadas pela entrada dos novos ministros. O problema do actual Governo é simples, ou altera a política e a torna consistente com o discurso que assumiu nas últimas duas semanas, abrindo espaço para um consenso dentro do Governo e para assumir compromissos de longo prazo com a oposição. Ou mantém este discurso positivo sobre o crescimento até ao fim do verão e depois afoga-o num enorme algar de água fria, quando apresentar um orçamento com cortes apenas consistentes com uma previsão de queda do PIB em 2014. Anunciará aí o quarto ano seguido de recessão, de crescimento do desemprego e, muito provavelmente, de queda do investimento. A possibilidade de haver já em 2014 um crescimento positivo em Portugal é real. Havendo uma melhoria da actividade na União Europeia este é um cenário credível. Mas apenas credível no contexto de uma política orçamental neutra ou de uma consolidação muito moderada. Não é esta a linha de política orçamental que o Governo tem definido. Anunciar a retoma do crescimento para daqui a um mês a condenar parece algo estranho. No entanto, não é novo. O actual primeiro-ministro já o fez em 2011 e 2012, quando no comício do Pontal veio anunciar a retoma no próximo ano, apenas para um mês mais tarde apresentar um orçamento que destruía qualquer ilusão. Não é assim que se ganha a confiança.



Crescimento? Como? Caído do Céu?

José Reis
Professor de Economia
na Universidade de Coimbra

Este Governo não é um governo. É um aparelho ideológico. Vive de uma obsessão, que prossegue afanosamente. Acha que a sociedade e a economia devem assentar numa competição que nada nem ninguém atrapalhe. Nem direitos, nem garantias, nem expectativas. Apenas gente a guerrear pela sobrevivência. Ora, um governo que desmantelou os direitos e as protecções sociais do trabalho, que degradou os salários, que gerou um exército de desempregados, que desfez os mecanismos de confiança que dão sentido ao futuro, que anulou a política e o Estado por os julgar pesos excessivos, esse governo olha agora para a sua obra e acha que deve sentar-se e esperar a recompensa, isto é, o crescimento. Então não se trata agora, desfeitos os "males" que inibiam o "bem", de cada um se desunhar para sobreviver, nessa competição sem enquadramento nem ajuda que deve ser a economia? Mas o governo está enganado. Um economia não é isso, que ele pensa que é. Nem um salário é apenas um custo - é também um rendimento em que se baseia a procura. Há rendimentos distribuídos de forma justa na economia? Há razões para se gerar procura? Há confiança para se olhar o futuro? Há formas de valorizar as qualificações? Há emprego? Há motivos para investir? Há ambiente, coesão e justiça sociais que estimulem a alma das pessoas e da economia? Não, não há! A economia e a sociedade estão depauperadas, exaustas e injustiçadas pela austeridade e sufocadas pela dívida e além disso transferem, por ano, 9 mil milhões de euros para "financiadores" estrangeiros. Mas o Governo não vê isto. O Governo não vê, em suma. Ele acha que a austeridade foi apenas castigo para culpados e, uma vez reposta a norma, só pode vir o bem para que a punição abriu caminho. Como o governo está enganado e não vê julga que o crescimento cai do céu. Aos trambolhões, imagino...



Desespero

Bruno Alves
Político

A moção de confiança no Governo ontem aprovada na Assembleia teria importância se os deputados não fossem meras câmaras de ressonância dos seus líderes partidários. Assim, não passa de uma formalidade que não reflecte nada para além de um acordo entre esses mesmos líderes - e um acordo particularmente frágil. Na realidade, "confiança" é coisa que os membros do Governo parecem não ter uns nos outros. A confusão que resulta das responsabilidades atribuídas a Passos, Portas, Albuquerque e Pires de Lima parece mostrar como os dois partidos da coligação se preocuparam acima de tudo em garantir algum controlo sobre o outro, e não com uma agenda de governação coerente. A moção de ontem não é portanto um sinal de maior estabilidade na acção governativa, antes pelo contrário. É um sintoma da sua impotência. Quis abrir um "novo ciclo", que ninguém atento à realidade consegue perceber como poderá ser aberto: o país tem, como o próprio Passos reconhece, impostos demasiado altos para serem suportados, mas que nem assim são suficientes para cobrir as despesas do Estado, que apesar dos sucessivos e impopulares cortes, continua por controlar. O Governo pode ter um "discurso mais virado para a Economia", mas que não passará de palavras vãs se este problema não for ultrapassado. E foi isso que ontem ficou por demonstrar ser possível fazer. Passos Coelho insistiu que iria promover a famosa "Reforma do Estado" cujo nome não se cansa de referir, mas cujo conteúdo tem sido sempre tímido a anunciar. Falou de cortes que se traduzem na manutenção do estatismo que herdou, apenas numa versão mais pobre. Os deputados da maioria falaram em "ir mais longe", quando nem um passo foi dado. Ontem na Assembleia não se aprovou uma moção de confiança, fez-se uma enunciação destinada a fornecer a Passos e Portas uma sessão de propaganda para o seu "novo discurso", cujo vazio a torna necessária. Foi um acto de desespero, de um executivo que sabe que ninguém - na rua, na Assembleia, no próprio Conselho de Ministros - confia na sua capacidade para resolver os problemas do país.